# Jornal da Apesp

APESP 70

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | JAN/FEV 2019 | EDIÇÃO 91




ENTREVISTA

## Procuradora Geral do Estado de São Paulo, Lia Porto: "tenho a certeza de que, caminhando juntos, fortaleceremos muito mais nossa instituição"

*Da esq. para a dir.: Patrícia Alves, Procuradora Chefe de Gabinete; Lia Porto, Procuradora Geral do Estado; Marcos Nusdeo, Presidente da APESP; e Cristina Mastrobuono, Procuradora Geral Adjunta do Estado.*

EDITORIAL

# Desafios deste ano de 2019

Começou um novo Governo. O novo Governador do Estado, João Doria, escolheu para Procuradora Geral do Estado uma colega extremante preparada, dinâmica e totalmente comprometida com o interesse público e com o aprimoramento da PGE-SP. A APESP deseja-lhe uma profícua gestão e uma ótima condução dos destinos de nossa carreira, pois caberá a ela encaminhar uma série de medidas em prol de nossa instituição.

A primeira delas, sem qualquer sombra de dúvidas, é a nomeação dos novos colegas, que foram aprovados no 22º Concurso de Ingresso na PGE-SP. Isso é indispensável e não poderá demorar, pois há uma defasagem de mais de 400 Procuradores em nosso quadro, o que torna impossível um trabalho com a qualidade que o povo paulista merece. Caberá também a ela demonstrar ao Governador a indispensabilidade de carreiras de apoio na PGE, de modo a que o respectivo projeto de lei seja encaminhado à Assembleia Legislativa. Sem tais carreiras, seguramente, o ingresso dos novos Procuradores não será suficiente para a manutenção dos resultados alcançados pela nossa PGE. Caberá a ela, ainda, implementar a revalorização das quotas da VH. Finalmente, caberá a ela solucionar nosso maior desafio: superar o absurdo nível de litigiosidade nas causas afetas à nossa Procuradoria e criar, junto com sua equipe e com o Conselho da PGE, formas mais racionais de trabalho dos Procuradores. Aliás, indispensável que esse debate sobre o trabalho diário dos Procuradores seja travado no Conselho da PGE, de modo a permitir uma ampla participação da carreira.

No front externo, a Apesp enfrentará diversos desafios, alguns dos quais já se avizinham. Não pouparemos esforços em estar sempre em Brasília, explicando aos parlamentares a indispensabilidade do trabalho dos Procuradores do Estado para a Justiça, para a Administração e para a sociedade. Continuaremos nossa permanente luta, seja para o aprimoramento das normas constitucionais e legais aplicáveis às Procuradorias, seja contra alguns retrocessos que, infelizmente, estão a nos ameaçar. Lutaremos junto com a ANAPE e demais entidades representativas dos advogados públicos, contra propostas de redução de direitos, contra projetos de lei que permitem formas de terceirização da dívida ativa e pela manutenção dos honorários advocatícios dos advogados públicos.

No que se refere à Reforma Previdência, a proposta apresentada pelo novo Governo Federal é muitíssimo mais dura do que a proposta pelo ex-Presidente da República, Michel Temer, e da que foi objeto do substitutivo da Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Dentre outras coisas, sobram alterações para pior das justas expectativas de direito de um enorme número de brasileiros, seja nas condições para se aposentar, seja no valor dos benefícios. Ela propõe, para o futuro, a adoção de um sistema de capitalização, o qual deverá ser muitíssimo bem refletido pelos congressistas, pois além de aumentar o déficit no curto prazo, poderá acarretar benefícios consideravelmente menores no futuro. Além disso, a proposta propõe alíquotas progressivas para a contribuição previdenciária que poderão chegar a 22%, sem contar a possibilidade de instituição de contribuições extraordinárias; não contém adequadas regras de transição para os servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003, os quais para manter a integralidade e a paridade deverão trabalhar, no mínimo, até 65 anos, se homem, e 62 anos, se mulher; estabelece, salvo para aqueles servidores, uma fórmula de cálculo que reduzirá muito o valor dos proventos; reduz consideravelmente o valor das pensões; cria inúmeros obstáculos nas situações de acumulação. Propõe, ainda, a desconstitucionalização de diversas normas que hoje constam da Constituição que passariam a ser regidas por Lei Complementar, o que significa a possibilidade de novas Reformas da Previdência, sem a necessidade de se alterar a Constituição.

A APESP lutará, no Congresso Nacional, para demonstrar todas as inconstitucionalidades e injustiças, visando suprimi-las para que a proposta final contemple regras justas. Nunca é demais repetir. Previdência é segurança. Assim, todo o sistema encontra seu móvel no princípio da segurança jurídica, de modo a conferir relativa previsibilidade às situações em que seus participantes se encontrarão no futuro. Assim, até agora, todas as alterações no sistema previdenciário em nosso país sempre levaram em conta esse primado. Faremos nosso melhor para que isso continue ocorrendo. Disposição e luta não nos faltarão.

Marcos Nusdeo
PRESIDENTE DA APESP


APESP
ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DIRETORIA GESTÃO 2018 | 2019**

PRESIDENTE
Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo

VICE-PRESIDENTE
Marcos Mordini

SECRETÁRIA-GERAL
Monica Maria Russo Zingaro Ferreira Lima

DIRETOR FINANCEIRO
Fabrizio de Lima Pieroni

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL
Cintia Oréfice

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIOS
Marina Mariani de Macedo

DIRETOR DE ESPORTES E PATRIMÔNIO
Silvio Romero Pinto Rodrigues Jr.

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO
José Luiz Souza de Moraes

DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS
Thaís Carvalho de Souza

DIRETORA DO INTERIOR E DEMAIS UNIDADES FORA DA CAPITAL
Clara Angelica do Carmo Lima

DIRETOR DE PRERROGATIVAS
Felipe Gonçalves Fernandes

CONSELHO ASSESSOR
Carlos José Teixeira de Toledo
Mara Christina Faiwichow Estefam
Marcelo José Magalhães Bonizzi
Maria Regina Fava Focaccia
Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Patricia Ulson Pizarro

CONSELHO FISCAL
Olga Luzia Codorniz de Azeredo
Paulo David Cordioli
Paulo Sérgio Garcez G. Novaes

**PRODUÇÃO**

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
José Luiz Souza de Moraes

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS
Cristiano Tsonis
(jornalista responsável – MTB 30.748)
C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS
Acervo APESP / Ricardo Lucas

TIRAGEM
1700 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. ACESSE A VERSÃO ON-LINE DO JORNAL DA APESP NO SITE WWW.APESP.ORG.BR.
FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM 27/02/2018


## COMUNICADO

### REAJUSTE DE MENSALIDADE DA APESP

A DIRETORIA DA APESP, EM REUNIÃO REALIZADA NO DIA 14/2, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO, DELIBEROU POR REAJUSTAR A MENSALIDADE DOS ASSOCIADOS EM 10%, DE R$ 190,00 PARA R$ 210,00, A PARTIR DE MARÇO, A SER DESCONTADA EM ABRIL DE 2019. O ÍNDICE É SUFICIENTE PARA FAZER FRENTE ÀS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA DOS INTERESSES DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO E DA QUEDA DE RECEITA EM RAZÃO DA DEVOLUÇÃO DE SALAS ALUGADAS PELA APESP NO PRÉDIO MERCANTIL FINASA. DESTAQUE-SE QUE A MENSALIDADE DA APESP CONTINUA SENDO UMA DAS MAIS BAIXAS EM COMPARAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS CARREIRAS ESSENCIAIS À JUSTIÇA.

# Conheça os novos membros do Gabinete da PGE-SP!

**A equipe do Gabinete da Procuradora Geral do Estado, Lia Porto, ficou assim composta: Cristina Margarete Wagner Mastrobuono, Procuradora Geral do Estado Adjunta; Patrícia de Oliveira Garcia Alves, Procuradora Chefe de Gabinete; João Carlos Pietropaolo, Subprocurador do Contencioso Tributário Fiscal; Eugênia Cristina Cleto Marolla, Subprocuradora da Consultoria; Frederico José Fernandes Athayde, Subprocurador do Contencioso Geral; e Bruno Maciel dos Santos, Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos – que foi indicado pela Procuradora Geral e referendado pelo Conselho da PGE-SP em 21 de janeiro. Conheça os currículos:**



CRISTINA MARGARETE WAGNER MASTROBUONO

Procuradora Geral do Estado Adjunta - Formada em Direito na USP, em 1985, ingressou na PGE em 1993, tendo já atuado na Procuradoria Fiscal (1993/2003), como Procuradora assistente na Subprocuradoria Geral da Área do Contencioso (2003/2005), como Procuradora assessora do Procurador Geral do Estado (2006), na Procuradoria Judicial – PJ/2 (2007) e, a partir de janeiro de 2008, na Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda. De 2011 a setembro de 2015, respondeu pela Coordenadoria de Empresas e Fundações, junto ao GPGE. Foi conselheira eleita do Conselho da PGE-SP nos biênios 2001/2002 e 2009/2010. Foi Subprocuradora Geral da Consultoria entre setembro de 2015 e dezembro de 2018.



PATRICIA DE OLIVEIRA GARCIA ALVES

Procuradora Chefe de Gabinete - Formada em Direito pela PUC-SP em 1988, ingressou na PGE em 1990, atuando na Procuradoria Fiscal até 2006. Designada para o PROCON de janeiro de 2006 à novembro de 2007, atuou na Assessoria Jurídica do Governo (AJG) de novembro de 2007 à 2011 e na Assessoria Técnico-Legislativa (ATL) de 2011 à dezembro de 2018.



JOÃO CARLOS PIETROPAOLO

Subprocurador do Contencioso Tributário Fiscal - Graduado pela Universidade de São Paulo e Doutor pela Universidade de São Paulo. Ingressou na PGE-SP em 1993, foi Procurador do Estado Chefe da Procuradoria de Assuntos Tributários e Subprocurador Adjunto do Contencioso Tributário Fiscal.



EUGÊNIA CRISTINA CLETO MAROLLA

Subprocuradora da Consultoria - Graduada em Direito pela USP em 1998, ingressou na PGE-SP em 2004. É Doutora em Direito pela PUC-SP (2015), Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP (2010) e Especialista em Processo Tributário pela PUC-SP (2005). Atuou na Procuradoria Regional da Grande São Paulo, na Procuradoria do Estado no Hospital das Clínicas de São Paulo, na Subprocuradoria Geral do Contencioso Tributário-Fiscal, foi chefe da Consultoria Jurídica da ARTESP, atuou na Procuradoria de Assuntos Tributários, na Assistência de Arbitragens e na Subprocuradoria Geral da Consultoria. Na ESPGE, foi Coordenadora dos Cursos de Especialização em Direito do Estado e em Direito Tributário.



FREDERICO JOSÉ FERNANDES ATHAYDE

Subprocurador do Contencioso Geral - ingressou na PGE-SP em 2007, sendo classificado na Procuradoria Regional da Grande São Paulo (PR-1). Em 2010, passou a atuar na Procuradoria Judicial. Desde fevereiro de 2018, exerceu o cargo de Corregedor Auxiliar até ser nomeado, em abril de 2018, como Subprocurador Geral do Contencioso Geral – cargo para o qual foi convidado a continuar exercendo pela nova Procuradora Geral. Antes de ingressar na PGE-SP, atuou como Advogado concursado do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A, na área de licitações e contratos.



BRUNO MACIEL DOS SANTOS

Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos - Graduado em Direito pela PUC-SP em 2005, é Especialista em Direito Tributário pela PUC-SP e em Direito Processual Civil pela ESPGE; e Mestre em Direito Econômico e Financeiro pela USP. Ingressou na PGE-SP em 2010, atuando no Contencioso Geral do DER, como Assistente no Gabinete da SUB-CTF e no GAERFIS.

# Procuradora Geral do Estado de São Paulo, Lia Porto: "tenho a certeza de que, caminhando juntos, fortaleceremos muito mais nossa instituição"

**A PGE-SP deve se fortalecer institucionalmente em um cenário de velocidade na implementação de políticas públicas e avanços de tecnologia. Este é o entendimento da nova Procuradora Geral do Estado, Lia Porto, que ingressou na PGE-SP em 1993, sendo a quarta mulher a ocupar o cargo máximo da Instituição. Com atuação destacada na área Tributária Fiscal, foi Procuradora do Estado chefe da Procuradoria da Dívida Ativa e da Procuradoria Fiscal. Como Subprocuradora do Contencioso Tributário Fiscal, proporcionou grandes inovações na área, tais como a institucionalização do GAERFIS e a política de cobrança de grandes devedores. Em sua gestão à frente da SUBG, mesmo com uma aguda crise financeira vivenciada pelo Estado, a área fiscal da PGE-SP recuperou, em dívida ativa, uma média superior a R$ 3 bilhões por ano.**

**JORNAL DA APESP** – Na avaliação da senhora, quais são os principais desafios da PGE-SP nos próximos anos?

**LIA PORTO** – Fortalecimento institucional num cenário de rápidas transformações impostas pela velocidade na implementação de políticas públicas e avanços de tecnologia, que demandam novos modelos de trabalho.

**JORNAL DA APESP** – Durante a gestão da senhora à frente da Subprocuradoria do Contencioso Tributário Fiscal, o GAERFIS foi institucionalizado e também foi criado um núcleo especializado para atender emergencialmente às ações referentes à TUSD/TUSD. As duas medidas mostraram-se muito exitosas. Em um contexto de aumento da litigiosidade e do processo eletrônico, como a senhora entende que deve ser a atuação da PGE?

**LIA PORTO** – Devemos refletir sobre nossos modelos de trabalho, não apenas por conta dos benefícios que a tecnologia nos fornece, mas sobretudo para apresentarmos ao cidadão e ao Poder Público uma advocacia eficiente e inteligente. De fato, a instalação do núcleo virtual de atuação remota e a criação do GAERFIS são duas medidas que ilustram como podemos otimizar nossa atuação em prol do interesse público, da qualidade de trabalho do Procurador e da credibilidade da instituição. Nesse último aspecto, acho muito importante dizer que o GAERFIS é referência nacional no combate à fraude tributária estruturada, executando trabalho de excelência em uma frente que até então estava difusa nas bancas. A atuação da PGE-SP deve ter agilidade na gestão das áreas, com foco na segmentação e priorização de demandas consideradas relevantes e urgentes, contando com a tecnologia para o trato do contencioso de massa e na padronização de atuação consultiva, sempre que cabível.

**JORNAL DA APESP** – Em duas ocasiões (cerimônia de posse dos novos Conselheiros e na primeira reunião ordinária do Conselho), a senhora utilizou a expressão "enxugamento" da PGE. O que significa? Haverá fechamento de Unidades?

**LIA PORTO** – Enxugamento quer dizer racionalização. Diminuição de estruturas que não são mais adequadas ao estágio atual de desenvolvimento de tecnologia e reorganização em trabalho conjunto com o Judiciário. Não há mais como insistirmos, isolada ou conjuntamente, em conservar um jeito de trabalhar ou uma estrutura institucional que não consigam conversar com o Judiciário e com os demais órgãos da Administração Pública.

**JORNAL DA APESP** – O Poder Judiciário está investindo na interiorização de suas atividades, inclusive com a criação de Varas Regionalizadas. Como a senhora acredita que a PGE-SP deva acompanhar esse processo?

**LIA PORTO** – Acompanhando, como temos feito, em reuniões mensais com a Corregedoria do TJ-SP. A nossa Corregedoria também exerce um papel importante ao avaliar "in loco" a real necessidade de realocação de pessoas e recursos tendo em vista otimizar o trabalho dos procuradores especializados em conformidade com as novidades do TJ-SP.

**JORNAL DA APESP** – A APESP e a carreira aguardam a nomeação de novos Procuradores o mais rápido possível. No



*A APESP manteve na manhã de 9 de janeiro a primeira reunião com a nova Procuradora Geral, Lia Porto, quando o Presidente Marcos Nusdeo pode levar as principais demandas da carreira e colher a posição do comando da Instituição sobre diversos pontos.*

entanto, o quadro da PGE-SP conta hoje com mais de 400 cargos vagos. Neste sentido, quais medidas a PGE-SP adotará, em curto prazo, em prol da redução da litigiosidade e da racionalização do trabalho?

**LIA PORTO** – Desde o projeto "Litigar Menos e Melhor", a proposta institucional segue a toada da racionalização e diminuição do trabalho, e do foco e da seleção de prioridades. Então, racionalizar e reduzir trabalho não são novidades em nossa PGE. A disputa por teses jurídicas sabidamente perdidas e a insistência na litigância relativa a valores antieconômicos estão sendo enfrentadas com atitudes corajosas, de que são exemplos as portarias de limite e de desajuizamento de execuções fiscais, esta última com reconhecimento interinstitucional e que também desafogou o próprio TJ-SP. Mais recentemente, tivemos o exemplo da lógica reversa recursal, que resultou na diminuição de cerca de 60% do volume de litigância às instâncias superiores. Paralelamente a isso, temos como objetivo continuar a promover a integração e a plena cooperação entre as áreas do Contencioso e da Consultoria, atitude fundamental para que a litigiosidade se concentre no que efetivamente pode ser objeto de êxito jurídico e judicial. E contamos, é claro, com a excelência do trabalho desempenhado pelos Procuradores, atentos que estão à necessária alteração de paradigmas de atuação nesta quadra da modernidade.

**JORNAL DA APESP** – O novo GPGE já tem uma avaliação de quais setores da Procuradoria deverão ser priorizados quando da distribuição de novas vagas?

**LIA PORTO** – O GPGE, a Corregedoria e as Subprocuradorias têm total consciência de que, no momento, todas as áreas da carreira apresentam carências de pessoal, e estão atentos à necessidade de racionalização dos serviços e concentração do trabalho nas sedes de Unidades e, no caso específico das Consultorias, na Capital. E se buscamos integração plena entre o Contencioso e a Consultoria em prol da eficiência de nossas atividades, temos que ter em mente que nenhuma das áreas poderá ser preterida na distribuição das vagas. Considero muito importante ressaltar, também, o fato de que a maior parte dos projetos de continuidade e avanço na gestão da coisa pública envolvem diretamente o trabalho da Consultoria, indispensável ao sucesso destas políticas públicas. Especificamente em relação ao Contencioso, temos que usar as benesses da tecnologia em nosso favor, razão pela qual trabalhamos com a possibilidade de redistribuir tematicamente os processos, considerando, ainda, a flexibilidade territorial que o processo eletrônico nos traz: se antes, dividíamos as atribuições por instâncias, hoje em dia sabemos que podemos atuar à distância até mesmo em casos que correm perante os Tribunais Superiores.

**JORNAL DA APESP** – A PGE-SP vivencia uma defasagem estrutural (condições prediais, equipamentos de informática, viaturas etc). Quais medidas o novo GPGE tomará para conseguir dar aos Procuradores condições adequadas ao desempenho de suas funções?

**LIA PORTO** – Acredito que temos que focar, inicialmente, em mudanças de postura institucional e pessoal que reflitam na otimização da atividade-fim, o que naturalmente modificará a forma de trabalho de todos. Em um segundo momento - e considerando os limites orçamentários e legais, e o irreversível movimento de todas as esferas da Administração Pública no sentido de melhor e menor uso de estruturas – certamente iremos apurar como melhorar as condições físicas de trabalho dos Procuradores.

**JORNAL DA APESP** – O projeto de criação de uma carreira de apoio, infelizmente, não foi enviado para a ALESP no ano passado. Qual o compromisso do novo Governo com a proposta e como o GPGE atuará por sua aprovação e pela realização de um concurso de forma célere?

**LIA PORTO** – Parece ser consensual, finalmente, a ideia de que precisamos atuar de forma eficiente e inteligente, com times de pessoas de habilitação variada, liderados por Procuradores. Nesse contexto, o projeto de carreira de apoio deverá

ser retomado tão logo seja possível. No momento, evidentemente nossa prioridade é a nomeação de Procuradores recém aprovados.

**JORNAL DA APESP** – No final de 2018, os subsídios dos Ministros do STF foram majorados e, como se sabe, nossa sistemática prevê o repasse para as quotas da VH. Como a senhora tratará essa questão?

**LIA PORTO** – Este assunto será avaliado no momento oportuno.

**JORNAL DA APESP** – A carreira pode contar com o empenho da senhora na aprovação do PLC 31/2017, no que tange à mudança da base de cálculo da GAE e à promoção automática, sem a alteração da composição do Conselho da PGE-SP?

**LIA PORTO** – O PLC 31/2017 já foi discutido no Conselho e na ALESP, com apresentação de emendas, e sua aprovação é uma questão de tempo.

**JORNAL DA APESP** – O CPC/2015 fará três anos de vigência e, até o momento, a prerrogativa dos Procuradores do Estado de intimação pessoal dos autos não foi cumprida no Estado de São Paulo, em boa parte pela postura dos GPGE anteriores que concordaram com as promessas do TJ-SP de instituir uma pretensa intimação eletrônica em autos físicos. A carreira pode contar com o compromisso da senhora de fazer valer a prerrogativa de intimação pessoal prevista no CPC?

**LIA PORTO** – Não, pois me alinho aos Gabinetes anteriores para esclarecer que esta prerrogativa não faz o menor sentido atualmente.

**JORNAL DA APESP** - Qual a posição do novo GPGE sobre a possibilidade da advocacia plena para os Procuradores do Estado de São Paulo?

**LIA PORTO** – Minha posição pessoal atual é contrária a este sensível assunto, mas gostaria de dialogar e compreender melhor a matéria no que diz respeito à advocacia em causa própria. Aproveito esta pergunta para deixar uma mensagem final a todos os nossos colegas: tenho a certeza de que, caminhando juntos, fortaleceremos muito mais nossa instituição e a nós mesmos como um time altamente qualificado de profissionais jurídicos empenhados em prol do interesse público.



*Foi com uma imensa felicidade que cerca de 300 Procuradores e Procuradoras do Estado de São Paulo lotaram o Espaço APESP para homenagear a nova Procuradora Geral do Estado de São Paulo, Lia Porto, em coquetel realizado pela Associação na noite de 7 de fevereiro.*



*Procuradora Geral do Estado, Lia Porto, discursa em coquetel promovido pela APESP.*

# Com auditório repleto, novos Conselheiros eleitos tomam posse para o biênio 2019/2020

**Em 14 de janeiro, o auditório do Centro de Estudos ficou repleto com mais de uma centena de Procuradores, que foram prestigiar a posse dos novos Conselheiros eleitos para o Conselho da PGE-SP. A Procuradora Geral, Lia Porto, que na ocasião dirigiu-se pela primeira vez à carreira, destacou que os novos Conselheiros eleitos farão um trabalho maravilhoso junto com o GPGE.**

O Conselheiro representante do nível IV, Paulo Sergio Garcez Guimaraes Novaes, fez um discurso, em nome de todos os eleitos: "quero agradecer, sincera e profundamente, a todas Procuradoras e Procuradores do Estado, pela confiança depositada em nós, Conselheiros eleitos, para representá-los junto ao Conselho da PGE-SP. Quero enfatizar que não faltará, de cada um de nós, empenho e dedicação para desempenhar as relevantes atribuições que nos foram conferidas junto a este respeitável órgão superior".

O Presidente da APESP, Marcos Nusdeo, destacou a importância do Conselho da PGE-SP, enfatizando a convivência dos Conselheiros eleitos e natos: "são os colegas eleitos quem conhecem todas as peculiaridades das bancas – muitas das quais não captadas em nossas estatísticas e por nossas chefias. Assim, podem levar aos membros natos os assuntos relativos às atividades diárias dos Procuradores e, o mais importante, a forma pela qual eles impactam o trabalho a ser realizado". Além de seu Presidente, a APESP foi representada na solenidade por: Mônica Zingaro, Secretária Geral; Fabrizio Pieroni, Diretor Financeiro; Thaís Carvalho de Souza, Diretora de Assuntos Legislativos e Institucionais; e Cintia Oréfice, Diretora Social e Cultural.

Dentre as autoridades presentes, estiveram: Gianpaolo Poggio Smanio, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo; Desembargador Roberto Porto, representando o Presidente do TJ-SP, Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças; David Depiné, Defensor Público Geral do Estado de São Paulo; Márcia Semer, Presidente do SINDIPROESP; e Raquel Elita Alves Preto, Tesoureira da OAB-SP.

## CONHEÇA A TRAJETÓRIA DOS CONSELHEIROS ELEITOS NA PGE-SP

**NÍVEL I**

**Titular: Lenita Leite Pinho (PR1)** - Ingressou na PGE-SP em 2013, exercendo suas funções na área do Contencioso Geral da Procuradoria Regional da Grande São Paulo (PR1) - seccional de Santo André.

**Suplente: Caio Augusto Nunes de Carvalho (Judicial)** - Ingressou na PGE em 2013, na Procuradoria Judicial. atuando na PJ-3 (servidores militares) e no Núcleo de Gestão e Prevenção de Demandas Repetitivas.

**NÍVEL II**

**Titular: Julia Cara Giovannetti (PCAI)** - Ingressou na PGE em 2010, quando atuou na área trabalhista da Procuradoria Judicial. Desde 2013, atua no Contencioso Ambiental da Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário. É monitora das disciplinas de Filosofia do Direito e Teoria Geral do Estado dos cursos de especialização da ESPGE. Foi Diretora de Comunicação da APESP no biênio 2014/2015.

**Suplente: Eduardo Canizella Junior (PR6)** - Ingressou na PGE em 2010, exercendo suas funções na PR de Campinas - Seccional de Bragança Paulista, na área do Contencioso Tributário-Fiscal. Desde 2013, atua na área do Contencioso Geral da PR de Ribeirão Preto.

**NÍVEL III**

**Titular: Maria Cecilia Claro Silva (PR12)** - Ingressou na PGE em 2004, sendo classificada na Procuradoria de Assistência Judiciária da PR1, Seccional de Osasco, entre agosto de 2004 a julho de 2007. A partir de 2007, está classificada na PR de São Carlos, exercendo suas funções no Contencioso Geral e na área Fiscal e, atualmente, no Contencioso Geral.

**Suplente: Leonardo Castro de Sá Vintena (SPPREV)** - Ingressou na PGE em 2010, na Procuradoria Judicial da Capital. Atuou na 1ª Subprocuradoria (PJ-1) de 2010 a 2013 e na 10ª Subprocuradoria (PJ-10) de 2013 até a presente data, unidade na qual ocupa a Chefia da 1ª Seccional desde 2014.

**NÍVEL IV**

**Titular: Paulo Sergio Garcez Guimarães Novaes (PR7)** - Ingressou na PGE em 1993, na PR de Sorocaba, da qual exerceu a Chefia entre 2009 e 2010. Atualmente, está classificado na PR de Bauru e em exercício na Chefia da Seccional de Avaré, atuando, cumulativamente, nas bancas do contencioso tributário fiscal das Seccionais de Avaré e Botucatu. Foi diretor de Comunicação (biênio 2006/2008), Diretor do Interior e demais Unidades fora da Capital (biênio 2016/2017) e Conselheiro Fiscal da APESP por três mandatos (2004/2006, 2008/2010 e 2018/2019).

**Suplente: João Cesar Barbieri**

**Bedran de Castro (PR5)** - Ingressou na PGE-SP em 2004, na PAJ Cível da Capital (Ato Infracional-Infância e Juventude). De junho de 2007 a fevereiro de 2010, atuou na Procuradoria Judicial - Autarquia CBPM. Desde fevereiro de 2010, atua na PR de Campinas, Seccional de Piracicaba.

**NÍVEL V**

**Titular: Rogério Pereira da Silva (PR3)** - Ingressou na PGE em 1994, na Procuradoria Fiscal, onde permaneceu até fevereiro de 2006. Desde fevereiro de 2006, está classificado na Procuradoria Regional de Taubaté, atualmente na Seccional de São José dos Campos no Contencioso Judicial. Foi Conselheiro eleito pela carreira em três oportunidades (biênios 1999/2000, 2005/2006 e 2009/2010). Foi 2º Vice-Presidente (2003/2004) e Diretor de Comunicações (2011/2012) do SINDIPROESP; e Conselheiro Assessor da APESP (quadriênio 2012/2015).

**Suplente: Jivago Petrucci (PR5)** - Ingressou na PGE-SP em 1993, na Procuradoria Judicial. Desde 1997, está classificado na PR de Campinas (Seccional de Bragança Paulista). Foi Procurador Chefe da PR de Campinas de 2007 a 2010. Integrou o Conselho Superior da PGE no biênio 2005/2006.

**CONSULTORIA JURÍDICA**

**Titular: Rarafel Camargo Trida (CJ da Administração Penitenciária)** - Ingressou na PGE em 2010, na Procuradoria Judicial, removendo-se, posteriormente, para a Consultoria Jurídica (2013). Foi Diretor de Comunicação da APESP no biênio 2012/2013.

**Suplente: Jose Carlos Cabral Granado (PPD)** - Ingressou na PGE-SP em 1994, na área da Assistência Judiciária (na PR de Campinas). Entre 2006 e 2011, atuou Procuradoria Judicial (PJ-3). A partir de 2016, passou a exercer suas funções na Consultoria Jurídica (na Secretaria da Administração Penitenciária e, atualmente, na PPD). Foi Diretor de Patrimônio da APESP (biênio 2010/2011) e Diretor Financeiro (biênios 2012/2013 e 2014/2015).

**CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO FISCAL**

**Titular: Glauco Farinholi Zafanella (PR5)** - Ingressou na PGE-SP em 2004, na Área do Contencioso da PR de Campinas, Seccional de São João da Boa Vista, unidade na qual continua atuando. Desde 2007, atua na Área do Contencioso Tributário-Fiscal. É Chefe da Seccional de São João da Boa Vista desde janeiro de 2016.

**Suplente: Giulia Dandara Pinheiro Martins (PR1)** - Ingressou na PGE-SP em 2013, exercendo atualmente suas funções no Núcleo de Execuções Fiscais Eletrônicas da Procuradoria Regional da Grande São Paulo (PR1).

**CONTENCIOSO GERAL**

**Titular: Lucas Pessoa Moreira (Judicial)** – Ingressou na PGE-SP em 2013, tendo atuando na 2ª, 3ª e 4ª Subprocuradorias da Procuradoria Judicial. Atualmente, exerce a chefia PJ-7 (Subprocuradoria Trabalhista).

**Suplente: Gustavo Lacerda Anello (Judicial)** - Ingressou na PGE-SP em 2010, exercendo suas funções desde então na área do Contencioso Geral na PJ-7 (Subprocuradoria Trabalhista) da Procuradoria Judicial.



*Da esq. para a dir: Eduardo Canizella Junior, Maria Cecilia Claro Silva, Jose Carlos Cabral Granado, Lucas Pessoa Moreira, Rafael Camargo Trida, Lenita Leite Pinho, Jivago Petrucci, Giulia Dandara Pinheiro Martins, Caio Augusto Nunes de Carvalho, Julia Cara Giovannetti, Rogério Pereira da Silva, Leonardo Castro de Sá Vintena, Paulo Sergio Garcez Guimaraes Novaes e Gustavo Lacerda Anello. No detalhe ao lado, Glauco Farinholi Zafanella (à esquerda) e João Cesar Barbieri Bedran de Castro (à direita).*



